**A AUTONOMIA RELATIVA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**OBSERVAÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Antonio Tavares Ribeiro Junior[[1]](#footnote-1)

**E-mail:** antoniotavaresprf02@gmail.com

Maria Nilvane Fernandes[[2]](#footnote-2)

**E-mail:** nilvane@ufam.edu.br

**GT 1:** (Educação, Estado e Sociedade na Amazônia)

**Financiamento:** Não teve financiamento direto

**Resumo**: Este relato de experiência descreve as observações realizadas no Estágio Supervisionado em Educação Infantil por um discente do curso de Pedagogia e objetiva investigar como a interferência institucional na autonomia do professor afeta seu planejamento. A análise centrou-se em refletir sobre a *suposta* autonomia dos professores que atuam em um CMEI que possui como objetivo geral no seu Projeto Político-Pedagógico *desenvolver uma educação democrática.* Considerando esse objetivo, o investigador conversou com uma professora e registrou em seu diário de campo diversos apontamentos sobre como esse objetivo se torna restrito quando a autonomia do professor para planejar os seus conteúdos é relativa, pois é limitada por orientações do órgão gestor que desconsidera a realidade da comunidade nas quais as crianças e a escola estão inseridas. Assim, os apontamentos da professora, coletados por meio de entrevista semiestruturada, serão destacados e analisados a partir dos conceitos de Ostetto (2000), que coloca elementos essenciais para o planejamento docente na educação infantil, e analisa as implicações de determinadas formas de planejar. Também serão utilizadas as contribuições de Oliveira (2017), que distingue o trabalho prescrito do trabalho real, e destaca o papel da autonomia para o preenchimento da lacuna existente entre ambos.

**Palavras-chave**: PPP. Autonomia. Formação de Pedagogos. Estágio Supervisionado.

**INTRODUÇÃO**

O Centro municipal de Educação Infantil (CMEI), Maria Clara Machado, iniciou suas atividades em 28 de setembro de 1991 com o nome Clube da Família. A escola foi fundada pela Senhora Ana Maria Silva Lima, Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Jardim Petrópolis, em fevereiro de 1998. No ano que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) assumiu a Creche e Pré-escola *Escolinha do Clube da Família*, desde então, a escola passou a ser anexo da Escola Municipal Thomaz Meireles. Em 2004, a escola ganhou o ato de criação e deixou de ser anexa sob a Lei n.° 808/2004, recebendo a partir de então, o seu nome oficial: de Centro Municipal de Educação Infantil, CMEI Maria Clara Machado.

O referido nome do CMEI foi sancionado pela Prefeitura Municipal de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a fim de homenagear a escritora Maria Clara Machado, como Patrona por reconhecimento e contribuição da autora para a Arte Moderna. O CMEI apresenta no seu Projeto Político-Pedagógico que a escola possui como objetivo geral *Desenvolver uma educação democrática, por meio da qual todos os atores escolares se sintam participes, capazes de construir uma educação de qualidade em busca de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária para o pleno exercício da cidadania.*

O presente trabalho se construiu a partir do contexto do Estágio Supervisionado em Educação Infantil, realizado entre março e abril de 2023 como disciplina prática do curso de Pedagogia da FACED/UFAM. A partir de uma entrevista semiestruturada, em que foram feitas perguntas formuladas previamente, mas que serviram para o surgimento de novas ao longo do diálogo, o investigador coletou informações e descrições acerca do processo de planejamento dos professores e a autonomia existente para a sistematização que revelaram a interferência constante do órgão gestor nessa execução.

As respostas serviram como base para pensar as implicações que surgem a partir desse processo, portanto serão organizadas em um tópico posterior as falas da professora entrevistada de maneira transcrita, e será feita a análise dos dados a partir das contribuições de Ostetto (2000) a respeito do planejamento na educação infantil e de Oliveira (2007), quando o autor revela a lacuna existente entre o trabalho previamente pensado e organizado, seja pelas instituições ou pelas regulamentações, portanto chamado de trabalho prescrito, e o trabalho real, aquele que se efetiva na prática docente.

**Relato de Experiência**

Conforme já explicitado na introdução do artigo, o Projeto Político-Pedagógico do CMEI estabelece que *desenvolver uma educação democrática* é um dos principais objetivos da escola*.*Nesse aspecto, democracia significa também autonomia para a realização de tudo o que envolve o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, uma escola democrática possui diretrizes e princípios que orientam o trabalho do professor na garantia de uma melhor diretividade para o resultado da educação.

Durante o contexto do Estágio Supervisionado, observou-se algumas implicações no planejamento da professora regente da turma acompanhada, que culminaram na realização de uma entrevista semiestruturada, que se centrou em duas perguntas iniciais planejadas antes da realização da entrevista: *há interferência da Secretaria Municipal para a realização do planejamento?* e *a senhora tem autonomia para fazer seu plano?* A professora estabeleceu um diálogo direto e informal que culminou na realização de outras perguntas não estruturadas anteriormente ao longo da entrevista.

Ela explicou, em resposta a ambas as perguntas, que *o* *seu plano deve apresentar atividades que estejam em consonância com os conteúdos inseridos no Currículo Municipal*. As categorias do plano *estão relacionadas ao desenvolvimento da criança, devendo assim conter aspectos experenciais referentes a essas categorias e marcar a data em que essa experiência foi trabalhada*. Nesse relato, a professora explicou que embora ela faça o seu próprio plano ele precisa *incorporar essas experiências, e elas devem ser efetivadas num prazo de três meses, ainda que o plano seja mensal*.

Ao ser perguntada a respeito do tempo disponível para realização do plano a professora destaca que este lhe demanda muito tempo, ainda que seja dado um dia específico para sua realização o tempo é insuficiente, o que obriga os docentes a terminarem os planejamentos em casa.

Outro destaque do diálogo com a professora está relacionado à questão das datas efemérides (comemorativas), que também *devem ser expressas no plano docente, já que, o calendário da escola é proposto pela Secretaria Municipal de Educação e a escola e os professores devem planejar atividades que dialoguem com o tema da data comemorativa em questão.* Nesse caso específico, a queixa da docente é a de que as datas comemorativas não dialogam com a realidade da escola e dos alunos.

Partindo dessa percepção, novamente, é possível observar que a professora possui uma autonomia relativa, visto que ela pode pensar as atividades a serem realizadas, mas o conteúdo vem previamente estabelecido pelo órgão gestor municipal.

Durante a entrevista com a professora, foi levantada a seguinte questão: *os seus planos são separados, ou todo esse processo descrito está presente em um único plano?* A partir disso ela destacou que *não há planos separados, o professor possui seu próprio plano, porém as citadas datas comemorativas ou alusivas a determinados temas e as experiências devem ser contempladas nesse plano.*

**Análise dos dados**

Os dados coletados a partir da entrevista implicaram para a análise assentada teoricamente na perspectiva de efetivação das formas de planejamento citadas e na importância da autonomia docente para considerar a realidade pedagógica em seu plano e equilibrá-la com as exigências institucionais.

Quanto a composição do planejamento na ótica dos aspectos de desenvolvimento, Ostetto (2000, p.184) destaca que essa forma de planejar “acaba por secundarizar ou mesmo desconsiderar questões relacionadas à construção do conhecimento, à aprendizagem.”, pois parte de uma concepção ideal e genérica de sujeito, que não é o sujeito concreto, com suas especificidades e seu contexto construído histórica e socialmente. A autora também analisa a forma de planejar o ensino mediante as datas comemorativas, e nesse sentido evidencia que:

“Poderíamos dizer que o trabalho com as datas comemorativas baseia-se numa história tomada como única e verdadeira: a história dos heróis, dos vencedores. História que, na verdade, privilegia uma visão ou concepção dominante em detrimento de tantas possíveis, ignorando e omitindo, na maioria das vezes, as diferentes facetas da realidade. Por isso, a escolha é sempre ideológica, pois algumas datas são comemoradas e outras não. Além disso, quem também lucra com as datas comemorativas é o comércio, que aproveita os “dias de” para vender suas mercadorias, fazendo-nos crer que as pessoas e coisas só merecem ser lembradas uma vez por ano e não diariamente como de fato deveriam.” (Ostetto, 2000).

O planejamento enquanto sistematização da prática docente exige um olhar crítico frente aos desafios e limites encontrados para a busca de alternativas e de possibilidades para a efetivação dos espaços educacionais enquanto locais de democratização do conhecimento, para isso a autonomia do professor é imprescindível para dinamizar o processo educacional e tornar o mesmo flexível, dialógico, espontâneo e intencional.

Para Oliveira (2017), a autonomia é um aspecto importante do trabalho docente devido à sua complexidade, que vai além da atividade de ensino, mas se expressa em outras atividades recebendo também a influência do frequente controle institucional, que ocorre tanto no âmbito externo, pelo Estado, quanto no âmbito interno, pela escola. Assim a autonomia docente é fundamental para mediar os conflitos entre as exigências de ambas as esferas, porém o que se observa na realidade escolar é que a autonomia se desenvolve de maneira parcial, na mediação que o professor faz das exigências institucionais e das necessidades reais dos estudantes.

A partir dos destaques do autor, considerando também sua reflexão acerca da proletarização e precarização do professor, compreende-se que aos docentes cabe apenas a execução das normas, leis e regulamentações da gestão educacional e da gestão municipal, adequando-as à sua realidade, mas desconsiderando as demandas estruturais e qualitativas que a escola possa ter, e a sua especificidade dentro de um determinado contexto sócio-histórico e local.

A autonomia docente se demonstra, portanto, essencial para definir as particularidades do seu meio e planejar as ações, programas, políticas e regulamentações que problematizam e busquem modificar a realidade escolar para a efetivação do seu processo de difusão dos conhecimentos socialmente acumulados. Assim, é dessa relação que emerge uma autonomia coletiva, que se concretiza, por exemplo, na participação da elaboração de documentos como o Projeto Político-Pedagógico, ou ainda em documentos normativos que regem a educação de maneira mais ampla.

Oliveira (2017) coloca o conceito de trabalho real do professor, quando este produz saberes necessários para lidar com situações imprevisíveis, e o trabalho prescrito, aquele que é direcionado, pela escola, pelo Estado ou até mesmo pela formação inicial. Nesse sentido, como o professor não consegue prever ou antecipar qualquer ação e como ela se concretizará, existe uma lacuna entre o direcionamento inicial da prática pedagógica e a prática concretizada na e a partir da realidade, portanto a autonomia seria capaz de preencher essa lacuna, pois ao se deparar com a imprevisibilidade o professor busca a partir dos seus referenciais e das necessidades reais a superação desse fenômeno.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como pudemos observar no relato, a efetivação da prática pedagógica no CMEI estudado tem se tornado distante da realidade das crianças em face da limitação da autonomia da professora pela gestão municipal. Nesse aspecto, o caráter transformador tem perdido espaço para uma lógica meramente reprodutivista e quantitativa, o que contribui para que o trabalho docente seja reduzido a poucas possibilidades de ensino, e no contexto específico da educação infantil onde as interações e as brincadeiras são o eixo norteador, as atividades recebem um direcionamento artificial e pouco significativo na realidade das crianças.

A partir da experiência do Estágio Supervisionado, foi possível compreender que a professora ao ser pressionada quanto à composição do seu planejamento, decidiu por colocar atividades menos elaboradas, pois como citado anteriormente, a composição do plano lhe toma um tempo expressivo, e não lhe permite desenvolver atividades que não abrangem alguma experiência composta no Currículo Municipal. A professora destacou ainda que seu exercício enquanto professora se estendia para outras funções quando precisava mediar conflitos que não eram de natureza pedagógica, interferindo no próprio desenvolvimento do seu planejamento, pois se não havia espaço para discutir as questões que influenciavam o aprendizado das crianças, seu plano não se efetivava enquanto sistematização da sua prática pedagógica, pois não havia uma ação concreta, mas uma ação direcionada.

Os conteúdos também são afetados por essa imposição, já que ao ceder uma boa parte de seu planejamento para inserção de elementos curriculares definidos pela Secretaria e algumas atividades propostas pela própria escola a professora se afasta da realidade da sala e permite um direcionamento acrítico daquilo que é colocado, portanto a relação entre docentes e gestão de ensino é verticalizada, não existe diálogo para discutir a efetivação desses conteúdos e a proposição de outros.

A autonomia docente na educação infantil constitui a capacidade do professor de investigar os fenômenos que constroem as interações sociais e as interações com os objetos dentro do seu contexto, permitindo a sua exploração e utilização para ampliação do repertório cultural dos sujeitos. O direcionamento institucional antecipa todo o processo educacional das crianças, retirando a sua característica de espontaneidade e curiosidade e permeando uma visão estagnada de sujeito e de desenvolvimento humano, o que permite inferir a intenção de moldar as ações humanas e retirar da educação seu caráter transformador.

**REFERÊNCIAS**

OLIVEIRA, Ailson Pinhão de. Autonomia no trabalho dos docentes na formação inicial de professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação.** PPGE.UFES, v. 1, p. 170-180, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19142. Acesso em: 7 jul. 2023. (2017).

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento da educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágio. Campinas: Papirus, 2000. Cap. 10. p. 174-200.

1. Acadêmico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Adjunta da área de Fundamentos da Educação no Curso de Pedagogia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre e Doutora em Educação (UEM), Mestre em adolescente em conflito com a lei (UNIBAN/SP); Doutorado Sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa/Portugal (2017). Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). Bolsista do CNPq Edital n.º 026/2021 para cursar pós-doutoramento na Texas Tech University – TTU - período 2022 a 2024. [↑](#footnote-ref-2)